



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9520

Presidente da Mesa Diretora: José Marcos Martins de Freitas

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Utilidade Pública

Autoria: Soter Magno

Data: 12/03/2019

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 26/2019. Concede o título declaratório de Utilidade Pública Municipal ao “Núcleo de Apoio à Vida de Montes Claros – NAVIMOC”. (Referente à Lei nº 5.128/2019).

Controle Interno – Caixa: 25.14

Posição: 02

Número de folhas: 05

Especie: PL
Categoria: Utilidade Pública
CX: 25.14
Ordem: 02
Nº fls: 30

Nº 16/2019



26.03.2019

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 26/2019

AUTOR:

Ver. Sóter magno Carmo

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao
Núcleo de Apoio a Vida de Montes Claros – MG - NAVIMOC.

MOVIMENTO

- 1 -
- 2 -
- 3 - Entrada em 12/03/2019
- 4 - Comissão de Legislação e Justiça.
- 5 - APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 6 - EM 26.03.2019
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete do Vereador Soter Magno Carmo

PROJETO DE LEI Nº 26/2019

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil, legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de “NÚCLEO DE APOIO A VIDA DE MONTES CLAROS – MG - NAVIMOC”, inscrita no CNPJ sob o nº 28.197.844/0001-93, com sede na Rua São Marcos, 17 – Bairro Todos os Santos, neste Município de Montes Claros – MG.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, 27 de Fevereiro de 2019


Soter Magno Carmo
Vice Presidente



Dá pra fazer diferente!

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 12 DE MARÇO DE 2019
[Signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 26 DE MARÇO DE 2019
[Signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 26/2019 QUE “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Núcleo de Apoio a vida de Montes Claros/MG- NAVIMOC”, de Autoria do Vereador Soter Magno Carmo.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sobre comento tem por objetivo conceder título declaratório de utilidade pública ao NAVIMOC.


Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 15 de março de 2019.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 26/2019

AUTOR: Ver. Soter Magno Carmo

MATÉRIA: “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Núcleo de Apoio à Vida de Montes Claros – MG – NAVIMOC.

I – RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 12/03/2019 com entrada na Sala das Comissões no dia 15/03/2019.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo conceder título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Núcleo de Apoio à Vida de Montes Claros – MG – NAVIMOC.

Nos termos do art. 2º do estatuto, a referida entidade tem, por fim, desenvolver e manter um Posto CVV de Prevenção do Suicídio, segundo orientação do Centro de Valorização da Vida.

Verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, não incide em vício de e atende os requisitos legais previstos em lei.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 20 de março de 2019

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito

Vice-Presidente : Ver. Maria Helena de Quadros Lopes

Relator: Ver. Wanderley Ferreira de Oliveira: